



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB  
FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS FATECS  
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA  
PROFESSORA ORIENTADORA: MÔNICA PRADO  
ÁREA: COMUNICAÇÃO PÚBLICA

## **TV Brasil**

### **Proposta de uma programação televisiva de qualidade**

Felipe Krauss  
RA: 20623319

Brasília, junho de 2010

Felipe Krauss

**TV Brasil**  
**Proposta de uma programação televisiva de qualidade**

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof. Ms. Mônica Prado

Brasília, junho de 2010

Felipe Krauss

## **TV Brasil**

### **Proposta de uma programação televisiva de qualidade**

Trabalho apresentado à Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, junho de 2010

#### **Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup> Mônica Prado  
Orientadora

---

Prof.<sup>o</sup> Luiz Cláudio  
Examinador

---

Prof.<sup>a</sup> Karina Gomes  
Examinadora

Dedico este trabalho à minha família, em especial, aos meus pais, Fernando Ferreira da Silva e Silvia Maria de Carvalho Ferreira, que sempre deram apoio e incentivo à minha formação.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aqui, muitíssimo, à orientadora  
Mônica Prado, pela atenção e suporte  
com minha pesquisa.

*“Não há democracia efetiva sem um verdadeiro poder crítico”.*

*Pierre Bourdieu*

## RESUMO

A monografia *TV Brasil - Proposta de uma programação televisiva de qualidade* tem por objetivo observar a aplicação dos princípios e objetivos da Lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) na grade de programação da TV Brasil. Para isso, o trabalho conceitua a formação da EBC gestora da TV Brasil, comunicação pública, sistema público de comunicação e a trajetória da televisão pública no Brasil. Com base na análise dos programas *De Lá Pra Cá* e *Expedições*, exibidos no período de abril e maio de 2010, percebeu-se que a TV Pública brasileira se aproxima de seus princípios e objetivos contidos na Lei nº 11.652. Dessa forma, verificou-se que a TV Brasil corrobora em fomentar uma programação cultural, educativa e científica de maneira plural. É observado, sobretudo, que ela atende sua principal premissa em perceber o telespectador como um cidadão e não como um consumidor. Porém, a TV Brasil, ao mesmo tempo em que cumpre seu papel como emissora pública, ainda não atinge grande parte do público, como as demais emissoras comerciais de televisão. Entretanto, constatou-se que o maior alcance do sinal da TV Brasil está nas cidades do interior, onde é forte a penetração da parabólica.

Palavras-chave: Comunicação pública. Cidadania. TV Pública. TV Brasil.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
1.1 JUSTIFICATIVA .....	9
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	10
1.3 OBJETIVOS .....	13
1.3.1 Objetivo geral .....	13
1.3.2 Objetivos específicos .....	13
2 EMBASAMENTO TEÓRICO .....	14
2.1 Comunicação Pública .....	14
2.1.1 Sistema Público no Brasil .....	16
2.1.2 TV Brasil .....	20
2.1.3 Rede Pública de Televisão .....	25
2.2 METODOLOGIA.....	27
2.2.1 Análise da programação .....	30
2.2.2 Discussão dos resultados .....	36
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	37
4 REFERÊNCIAS.....	38
5 ANEXO – GRADE DE PROGRAMAÇÃO TV BRASIL 2010 .....	41



## 1 INTRODUÇÃO

Como um veículo de comunicação de massa, a televisão brasileira que nasceu e se manteve na esfera privada, bem ou mal, influencia seus telespectadores, seja no modo de agir ou pensar.

A partir de tal importância que a televisão agrega, o estudo sobre a tevê pública é relevante para verificar sua função social através de uma programação diferenciada e benéfica ao cidadão.

Para se contrapor à hegemonia do mercado de TV, o modelo de televisão pública (TV Brasil) gerido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), tem como sua principal premissa perceber o telespectador como um cidadão, e não como um simples consumidor.

O objetivo deste trabalho é analisar parte da grade de programação da TV Brasil do ano de 2010 e comparar com os princípios e objetivos da EBC descritos na Lei nº 11.652 tais como pluralidade, diversidade, educação e cultura.

Entretanto, é necessário que a emissora pública de TV corrobore para alcançar o conceito de Comunicação Pública, sendo então, “livre das influências governamentais e, de outro lado, livre também dos mecanismos de mercado, ou seja, ela não deve ter dependência política em relação aos governantes e também não deve ser dependente das receitas publicitárias” (BUCCI, 2009, p.1).

### 1.1 JUSTIFICATIVA

Pela constatação crítica da má qualidade da programação ofertada pelas emissoras comerciais de televisão no país, a escolha do tema parte do interesse em entender de que forma a criação da TV Brasil corrobora com o conceito de TV pública, de forma substancial para o cidadão.

Durante um momento na graduação passou-se a ter mais contato com o assunto, pela disciplina Telejornalismo, na qual foi discutido num programa de debates, sobre a polêmica da TV Pública, que contou com a presença da gerente de jornalismo da TV Brasil, Jaqueline Paiva e do professor e coordenador de Comunicação Social do UniCEUB, Henrique Moreira.

É pensar a TV pública como uma alternativa às emissoras comerciais de televisão, que dependem de anunciantes e visam ao lucro e, que muitas vezes não priorizam uma programação educativa e formadora. De maneira relevante, “oferecer ao público programas de qualidade em toda sua grade horária e não apenas em alguns momentos, como fazem esporadicamente algumas redes comerciais” (LEAL FILHO, 2007, p.16).

Diante da discussão em torno da emissora pública, decidiu-se pesquisar a respeito do tema para tentar compreender de que maneira a TV Pública no país pode ser satisfatoriamente democrática e heterogênea ao cidadão.

## 1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Por se tratar de comunicação de massa, a televisão no Brasil é o tipo de mídia que alcança o público com maior facilidade. Com o passar dos anos, o aparelho televisor se tornou um bem acessível a todas as camadas da sociedade.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2008, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 95,1% dos domicílios brasileiros possuem aparelho televisor. Como principal meio de informação e entretenimento da população, a TV faz parte do processo de formação da cidadania. “Isso, para uma população que lê pouco, dá à TV uma condição de monopólio da informação, ou seja, a TV monologa sem que os outros meios lhe façam contraponto” (BUCCI, 2000, p.10).

Segundo Laurindo Leal Filho (2007, p.19), o acesso à televisão por assinatura é para população minoritária de alta renda, pois a grande maioria não tem recursos para ingressar no mundo do cabo ou do satélite. “No Brasil, já é possível se falar em duas televisões: a dos ricos, segmentada e pouco mais diversificada, e a dos pobres, aberta e monocórdica” (LEAL FILHO, 2007, p.19).

Apesar de ter havido um grande esforço para que se atingissem os interesses de uma TV Pública por iniciativas das TVs culturais, educativas e universitárias para uma programação de qualidade, que contemplasse educação, cidadania e, sobretudo o interesse público, prevaleceu o oligopólio das emissoras comerciais no domínio do cenário televisivo do país, e se consolidou então, como instrumento da indústria cultural.

De acordo com Ângela Carrato (2005, p.2), a emissora que mais se aproximou do modelo público no país foi a TV Cultura, de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta (FPA). Porém, não possuía uma necessária independência financeira para cumprir de fato a missão de educar e dar ênfase às questões de cidadania. As TVs educativas e culturais eram caracterizadas como públicas, entretanto, tinham como sustento os estados da federação e foram classificadas como estatais. Ainda segundo a autora, essas emissoras em maior ou menor grau serviam como porta-vozes de governos, políticos ou entidades que as controlavam.

Como afirma Leal Filho (2000, p.158), ao contrário da trajetória brasileira, no modelo britânico, a BBC de Londres teve sua origem pública e consolidou-se como tal. A discussão da radiodifusão no começo da década de 50 era se a BBC devia ou não ter o monopólio de TV. Por fim, a decisão do parlamento inglês considerou a concorrência saudável e autorizou o surgimento de TVs comerciais, desde que atuassem sob estrito controle público. Em sentido oposto no Brasil, “a televisão comercial, embora seja uma concessão pública, se comporta como uma empresa privada, sem nenhum compromisso público e tem como única finalidade o lucro” (TORVES, 2007, p.87).

No mundo, não há um modelo único de gestão para a TV Pública, no entanto, os países onde se encontram, há uma semelhança observada quanto aos conselheiros e a observância dos princípios da TV de caráter público.

Ainda no exemplo inglês de televisão, a BBC tem uma programação respeitável, que é mantida financeiramente pelo seu público que a assiste. Não há nenhum tipo de financiamento do governo. Uma diretoria executiva é nomeada por um conselho formado por 12 membros. O conselho é nomeado pela rainha. Na prática, os nomes são indicados pelo primeiro ministro. Não há representantes diretos do governo no conselho. Os conselheiros são personalidades independentes, sem vínculos com organizações e com a TV comercial e possuem o mandato de quatro anos. Cada cidadão inglês paga uma taxa anual de contribuição para manutenção do sistema público.

A TV Pública dos Estados Unidos, a PBS, funciona como uma federação de emissoras públicas e independentes. A direção executiva tem 11 membros e é presidida por um dos membros do Conselho Diretor, composto por 27 representantes das 350 emissoras associadas. A PBS é financiada pela

arrecadação de recursos federais, doações de telespectadores e patrocínio de programas.

Na Alemanha, a ARD e a ZDF integram 16 emissoras públicas estaduais de 12 estados e ambas são dirigidas por dois conselhos, o de Radiodifusão e o de Administração. O conselho de Radiodifusão da ZDF é formado por 77 membros indicados pelo governo federal, governos regionais, partidos e organizações diversas. Seu financiamento vem de verbas federais que representam 75% dos custos e o restante é complementado por receitas próprias.

A TV Pública francesa, France Television, tem um amplo sistema de direção. O Conselho Superior do Audiovisual – Presidência da República, Assembléia Nacional e Senado – nomeia o presidente do Conselho de Administração, que tem a responsabilidade de nomear os diretores gerais das 4 TVs do sistema France Television. O Conselho de Administração é formado por 14 membros: 4 parlamentares, 5 do Estado e 5 pelo Conselho de Audiovisual. Os conselheiros têm mandato de cinco anos. O financiamento se dá com 70% dos custos bancados por verbas orçamentárias e o resto vem de patrocínios, prestação de serviços e anúncios institucionais. Para cada domicílio com televisor é cobrado uma taxa.

A CBC do Canadá é dirigida por um Conselho Curador de 12 integrantes, responsável por todas atividades da empresa. O Governador Geral indica os integrantes do conselho, sendo vedado pessoas relacionadas à área de radiodifusão. A CBC tem 75% de receita do orçamento, complementada de 20% de venda de publicidade e 5% de serviços e doações.<sup>1</sup>

No Brasil, além das emissoras públicas de televisão já existentes como as tevês educativas e culturais, foi criada pelo governo através de Medida Provisória a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) gestora da TV Brasil. A iniciativa marca a retomada da TV Pública no país.

Sua administração se dá pelo Conselho de Administração, cujos membros são nomeados pelo presidente da República, é formado por um presidente indicado pelo ministro chefe da Secretaria de Comunicação Social da presidência da República, do diretor-presidente da Diretoria Executiva, de um conselheiro indicado pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, um conselheiro indicado pelo

---

<sup>1</sup> Informação coletada do site da Presidência da República

Ministro das Comunicações, e um conselheiro indicado conforme o Estatuto. A Diretoria Executiva possui, entre outros membros, a diretoria-presidente, com mandato de quatro anos, e o diretor-geral, ambos nomeados pelo presidente da República.

Além do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal é constituído por seis membros designados pelo presidente da República. E, com uma atribuição de grande importância, está o Conselho Curador composto por 22 conselheiros indicados pelo presidente da República, sendo 15 representantes da sociedade, quatro ministros (Educação, Cultura, Comunicação Social e Ciência e Tecnologia), um representante indicado pelo Senado Federal, outro pela Câmara dos Deputados e um representante dos funcionários. Para garantir o rodízio dos integrantes, os conselheiros da EBC têm mandatos que variam de dois a quatro anos. A Legislação prevê que, em suas próximas renovações, o Conselho faça consultas a um conjunto de entidades representativas de diferentes setores da sociedade para elaborar a lista de indicações.

O financiamento da TV Brasil vem de dotações orçamentárias, da exploração dos serviços de radiodifusão pública, lei de incentivos culturais, patrocínios culturais, de no mínimo 75% da arrecadação da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, tributo sobre o setor de telecomunicações que corresponde a 10% do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), da prestação de serviços a clientes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamentos de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação, de doações e de publicidade institucional.

### 1.3 OBJETIVOS

#### 1.3.1 Objetivo geral

- Observar a aplicação dos princípios e objetivos na grade de programação da TV Brasil de 2010

#### 1.3.2 Objetivos específicos

- Identificar na programação da TV Brasil os princípios e objetivos da EBC descritos na Lei nº 11.652
- Compreender de que forma a programação está de acordo com os princípios e objetivos da EBC

## 2 EMBASAMENTO TEÓRICO

### 2.1 Comunicação Pública

A Comunicação Pública tem como conceito a noção de comunicação governamental. Porém, de forma muito mais ampla e atuante, ela corresponde a uma contribuição para a democracia. O processo de Comunicação Pública é estabelecido entre Estado, Governo e Sociedade Civil.

Para Elizabeth Brandão, por tamanha diversidade, a expressão ainda não é um conceito claro. “A Comunicação Pública abarca saberes e atividades diversas e poderia ser considerada como um conceito em processo de construção” (BRANDÃO, 2006, p.1).

Como explica Jorge Duarte (2006), no processo histórico do Brasil, a Comunicação Pública passou a ser fomentada no período de redemocratização do país. De forma retardatária, durante a década de 30, o governo federal estabeleceu políticas de controle da informação, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Com esse quadro político agravado durante o regime militar, o Sistema de Comunicação Social é organizado no âmbito do governo, com o foco na propaganda e censura. “Todas as conquistas devem ser relativizadas, mas permitem identificar importante evolução” (DUARTE, 2006, p. 1).

Com a redemocratização em pauta, a censura teve um fim e a conjuntura política começa a se aprimorar. De acordo com Jorge Duarte (2006, p.1):

A Constituição de 1988, a transformação do Papel do Estado, o Código de Defesa do Consumidor, a terceirização e a desregulamentação, a atuação de grupos de interesse e movimentos sociais e o desenvolvimento tecnológico, estabeleceram um sistema de participação e pressão que forçou a criação de mecanismos para dar atendimento às exigências de informação e tratamento justo por parte do cidadão em sua relação com o

Estado, e instituições, do consumidor com as empresas e entre todos os agentes sociais.

Para Duarte (2006), o cidadão considera o governo como algo não relacionado à sua vida e se torna um tanto cínico com relação à política e a capacidade dos governantes de buscar o interesse público. Duarte com base a pesquisa feita pelo Ibope em 2003 para o Observatório da Educação e da Juventude, conclui seu raciocínio:

Mais do que simples desinteresse do indivíduo em ser sujeito da ação, muitas vezes a apatia e a falta de formação política são resultado do cruzamento entre desinformação. Falta de oportunidades de participação e descrédito com a gestão pública (DUARTE, 2006, p.1).

A responsabilidade da Comunicação Pública não é apenas por parte da instituição pública. “O serviço é, desta forma, quase que co-produzido com o usuário, o reclamante. A troca e a comunicação fazem parte integrante do serviço finalmente prestado” (ZÉMOR, 1995, p.3).

Por mais limitada que seja a atuação do cidadão, por pouco tempo e poder, na condução desse processo, ainda é preferível e eficaz à apatia política. Para Pierre Zémor, “a passividade pressupõe um distanciamento ou uma fascinação frente à autoridade do emissor público” (ZÉMOR, 1995, p. 3).

De acordo com Duarte (2006, p.3), a Comunicação Pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. O campo da Comunicação Pública inclui tudo o que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor, e em certas circunstâncias, às ações privadas. Para Duarte, ainda, são conceitos referentes à CP: cidadania, democratização, participação, diálogo e interesse público. De maneira funcional, confere-se mais poder para a sociedade e menos para os governos, mais comunicação e menos divulgação e dirigismo. (DUARTE, 2006, p.3).

Elizabeth Brandão (2006, p.6) diz que a própria comunicação governamental pode ser entendida como Comunicação Pública.

Na medida em que ela é um instrumento de construção de agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, o estímulo para engajamento da população das políticas adotadas e o reconhecimento das

ações promovidas no campo político, econômico e social, em suma provoca o debate público.

Segundo Duarte (2006, p.5), entre os instrumentos para efetivação da Comunicação Pública estão: pesquisas, planos, diretrizes, manuais, canais institucionais, programas, operações e produtos que são capazes de ampliar as instâncias de informação e participação. Duarte estabelece quatro eixos centrais da CP, que indicam pré-requisitos para a ação dos agentes e instituições que lidam com a comunicação de interesse público (2006, p.7):.

(1) transparência: diz respeito a assumir compromisso com a atuação responsável no trato com as questões públicas, incluindo a oferta de informações, estímulo ao acesso, facilitação da fiscalização e a prestação de contas. Implica, também, a noção de assumir ferozmente a incorporação de valores éticos por todos os agentes públicos envolvidos;

(2) acesso: a sociedade deve ter facilidade de obter informações, ser estimulada e orientada a buscá-las, a dar sua opinião, a fiscalizar e a influir na gestão daquilo que é público. A informação de interesse público deve despertar a atenção, ser interpretada e apropriada pelo interessado em seus próprios termos, de maneira a que seja transformada em capacitação para reflexão e ação. Implica, assim, não apenas o atendimento, mas o atendimento adequado às necessidades de cada segmento de público, uma organização pedagógica que inclui desde linguagem adaptada, até o uso de artifícios de *layout*, diversidade de formatos, mídias, fluxos, horários e processos que permitam a interação adequada;

(3) interação: significa a criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação que viabilizem fluxos bi ou multilaterais, onde sejam respeitadas premissas para um diálogo equilibrado, simétrico, em que todos os envolvidos tenham igual direito e oportunidade de falar e ser ouvidos. Trata-se de estabelecer uma pedagogia da interação com a criação de produtos, serviços, ambientes e situações que permitam estimular e viabilizar o acesso, a compreensão, cooperação, participação e crítica; e

(4) ouvidoria social: o interesse em conhecer e compreender a opinião pública e os diversos segmentos que a compõem é pressuposto para o atendimento às expectativas da sociedade. Adota as diferentes formas de pesquisa como referência e exige habilidade de compreender motivações, interesses, propostas e critérios de satisfação e assumir o compromisso de considerá-los como referência na ação.

### **2.1.1 Sistema Público no Brasil**

Segundo Laurindo Leal Filho (2006, p.1), as iniciativas em torno da implantação de um serviço público e a oferta de televisão por assinatura podem ser



consideradas marginais, diante da desproporção da abrangência de acesso existente entre elas e o sistema comercial dominante.

Ao longo da história da radiodifusão pública no Brasil, Leal Filho (2006, p.2) ressalta ter havido apenas cinco momentos significativos. São eles:

A fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, em 1923; a implantação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo, em 1969; a promulgação da nova Constituição da República, em 1988; a aprovação da lei número 8.977, conhecida como Lei do Cabo, em 1995 e o lançamento pelo Ministério da Cultura do 1º. Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2006.

O primeiro momento ocorre com a fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Roquette Pinto, que, semelhante ao modelo público adotado pela BBC de Londres, tinha como característica funcionar como “clube”, ou “sociedade”, para fins informativos, educativos e culturais. E, mantidas com contribuições dos ouvintes, não havia interferência do Estado e do meio comercial. (LEAL FILHO, 2006, p.3).

Porém, o modelo sucumbiu ao comércio com a regulamentação da publicidade em 1932, quando o governo autorizou as emissoras a ocupar 10% de suas programações com anúncios. (LEAL FILHO, 2006, p.3).

O sociólogo Renato Ortiz (1988, apud LEAL FILHO, 2006, p.3), relata a junção entre o público e o privado.

O presidente Getúlio Vargas apesar de sua tendência centralizadora, tinha que compor com as forças sociais existentes (neste caso com o capital privado, que possuía interesses concretos no setor de radiodifusão). Não deixa de ser sugestivo observar que a própria Rádio Nacional, encampada pelo governo Vargas em 1940, praticamente funcionava nos moldes de uma empresa privada.

Nessa vertente, Leal Filho (2006, p.4), caracteriza como “gênese da absoluta falta de limites entre o público e o privado na radiodifusão brasileira.”

O segundo momento da radiodifusão pública brasileira para Leal Filho (2006, p.4), ocorre com a criação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo que, institucionalmente, reproduzia o modelo da BBC de Londres. “Como na emissora britânica, ela seria gerida por um Conselho Curador representativo da sociedade,

com uma autonomia de gestão garantida pela figura jurídica do direito privado.” Dessa forma, iria ajudar a evitar qualquer tipo de interferência estatal.

O terceiro momento da história, segundo o mesmo autor (2006, p.4), se deve à explicitação na Constituição Brasileira de 1988, que estabelece complementaridade entre os sistemas estatal, privado e público, de acordo com o artigo 223:

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio de complementaridade dos sistemas privado público e estatal.

Porém, de acordo com Leal Filho (2006, p.5), a realidade não apresenta qualquer relação com o texto legal.

O quarto momento histórico da radiodifusão explicitado por Leal Filho (2006, p.5), está relacionado à promulgação da Lei nº 8.977, de 1995, que ficou conhecida como Lei do Cabo. Ela possibilitou a existência das emissoras de acesso público: legislativas, universitárias e comunitárias. Ainda que restrito à parcela minoritária da população, se ampliou a oferta televisiva.

E por último, o quinto momento estabelecido por Leal Filho (2006), é atribuído à convocação pelo Ministério da Cultura do 1º Fórum Nacional de TV's Públicas, realizado em 2007. “Pela primeira vez busca-se reunir todas as experiências concretas de produção e veiculação de televisão não comercial, realizar um diagnóstico do setor e apontar caminhos para sua consolidação” (LEAL FILHO, 2006, p.6).

Em 1964, o Ministério de Educação e Cultura solicitou ao Conselho de Telecomunicações (CONTEL) a reserva de canais e em seguida, é criado o Fundo de Financiamento da Televisão Educativa (FUNTEVÊ) para difusão do Sistema Nacional de Televisão Educativa. O Decreto 236 de 1967 define a TV Educativa da seguinte forma: “A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, de conferências, de palestras e de debates” (CAPARELLI apud TORVES, 2007, p.89).

A operação desses canais era definida por normas que estabelecia a primazia da União, depois dos Estados dos Territórios, dos Municípios, das

Universidades e das Fundações com estatutos adequados às regras do Código Brasileiro de Comunicação. A publicidade foi proibida desde o início das TVs Educativas (TORVES, 2007, p.90).

Em 1976, com o objetivo de centralizar e operar uma rede estatal de estações de rádio e TV, o governo cria a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás), uma empresa de comunicação governamental responsável por gerir a agência de notícias Agência Brasil, a TV Nacional e a Rádio Nacional.

Segundo José Carlos Torves (2007), uma das TVs educativas mais importantes do país foi a TVE do Rio de Janeiro. “Vinculada ao Governo Federal, criada em 1967, mas que somente entrou no ar em 1973” (TORVES, 2007. p 91).

A Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP) geria as TVEs do Rio de Janeiro e Maranhão, que apesar do esforço em contribuir com uma programação voltada para educação e cultura, enfrentava problemas como dificuldade financeira. Em referência à classificação entre pública e estatal, Alberto Dines (2005, apud MATOS, 2006, p. 65) conclui: “são públicas na atitude, mas estatais no plano real.”

Para que as emissoras públicas tivessem mais visibilidade diante das comerciais, foi criada em 1998 a Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais (ABEPEC). A entidade tem personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e congrega hoje 21 emissoras geradoras de caráter educativo e cultural, não comercial.

A programação destas emissoras obedece rigorosamente aos princípios éticos, definidos pelos associados da ABEPEC, em respeito à sociedade brasileira, que merece assistir à uma programação de qualidade, com conteúdo que enriqueça seus conhecimentos e proporcione entretenimento e diversão saudáveis (ABEPEC, 2009).

Entretanto, essas emissoras eram submissas ao governante do momento ou simplesmente relegadas às últimas posições na lista de prioridades orçamentárias (ROTHBERG; SIQUEIRA, 2005, p.132).

Outra entidade presente no campo público é a Associação Brasileira das TVs Universitárias (ABTU). Fundada em 2000, tem o objetivo de congregar as instituições de Ensino Superior que produzem televisão educativa e cultural.

Também de caráter público, atua a Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas (ASTRAL), que representa os veículos de radiodifusão pertencentes ao Poder Legislativo das esferas federal, estadual e municipal. Essas emissoras buscam em sua programação dar transparência aos atos do poder legislativo e contribuir para a formação da cidadania e para o fortalecimento da democracia. (ASTRAL, 2007).

Ainda no campo público, se encontra a Associação Brasileira de Canais Comunitários (ABCCOM). Dentre os objetivos da entidade estão: congregar os canais comunitários de TV por assinatura ou abertos de todo o território nacional, orientar sua ação por princípios éticos e de igualdades, participação, representação da pluralidade e solidariedade.

Para Laurindo Leal Filho (2006, p.7), a circunstância da rede pública em assegurar a prática da democracia, trata-se de algo auto-evidente:

O histórico do modelo de televisão de mercado imposto à sociedade brasileira estabeleceu uma forma de pensamento único, reproduzidor de idéias dominantes e disseminadas a partir dos centros do capitalismo global. O individualismo e o consumismo, sustentados e impulsionados pelo neoliberalismo tornaram-se matrizes ideológicas da produção televisiva. A elas, no modelo hegemônico, não cabem alternativas. A saída, respeitado o jogo democrático, é a TV Pública.

### **2.1.2 TV Brasil**

Após um momento de especulação para saber qual padrão de TV Digital seria o mais adequado para o Brasil, no dia 29 de junho de 2006, o Decreto presidencial nº 5820, estabeleceu o padrão japonês para a televisão digital brasileira. O Decreto, em seu Artigo 13, permite a União operar quatro canais: um do Poder Executivo, um da cultura, um da educação e um da cidadania. Porém, nesse momento, o grupo de empresariado atuante na radiodifusão brasileira foi contemplado com a concessão do padrão digital por meio do governo.

Segundo Jonas Valente (2009), o Sistema Público de Radiodifusão perdeu a batalha na configuração futura do modelo da televisão aberta brasileiro, “o Ministério da Cultura debruçou-se no debate, mais profundo, sobre os desafios colocados ao campo não-comercial” (VALENTE, 2009, p.119).

A criação de uma Rede Nacional de Televisão Pública no país foi discutida em abril de 2007, com o anteprojeto apresentado pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A idéia do

projeto seria uma emissora de televisão do Poder Executivo e divulgar as ações do governo federal e dos setores de saúde, educação e cultura.

Em seguida, como retomada do tema para o Sistema Público, o estreitamento entre a Radiobrás, e as quatro modalidades de televisão sem fins lucrativos então existentes no país: as educativas, as legislativas, as universitárias e as comunitárias, serviu como vetor para o fortalecimento da idéia de radiodifusão pública para o país.

Contudo, o exame desse anteprojeto mostra que houve polêmica dentro do próprio governo, por ainda haver confusão entre os conceitos público e estatal.

Inicialmente, foi estabelecido pelo presidente Lula que a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República fosse vinculada à nova rede, tendo o ministro-chefe, Franklin Martins, à frente da coordenação do projeto.

A partir do I Fórum Nacional de TVs Públicas, houve um debate por parte dos representantes das emissoras Educativas, Culturais, Comunitárias, Legislativas, Universitárias e sociedade civil. No encontro se firmou a Carta de Brasília, documento intitulado “Manifesto pela TV Pública independente e democrática”.

Essa ocasião propiciou um direcionamento mais próximo à formação da TV Pública no Brasil. Foram discutidas questões importantes como o financiamento, o entendimento das diferenças entre o caráter público e o estatal, a construção de uma grade de programas fora da lógica comercial e, ao mesmo tempo, atrativa suficientemente para cativar o cidadão, visando à independência em relação ao governo e ao mercado.

O evento foi realizado por iniciativa do Ministério da Cultura, liderado pelo então ministro da Cultura Gilberto Gil, por meio da Secretaria do Audiovisual e com apoio da Presidência da República.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu com a criação da Rede Pública de TV, e no dia 10 de outubro de 2007 foi editada a Medida Provisória 398, e no dia seguinte foi publicado no Diário Oficial da União, o Estatuto da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Contudo, no que diz respeito à independência da emissora pública, a MP 398, Art. 2º, princípios V e VI estabelece:

Art. 2º: A prestação de serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

V - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e a distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

VI - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

No dia 24 de outubro de 2007, por meio do Decreto Presidencial 6.246 que “cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), aprova seu Estatuto e dá outras providências” no qual se supriu uma lacuna no sistema de radiodifusão “com o objetivo de implantar e gerir os canais públicos, aqueles que, por sua independência editorial, distinguem-se dos canais estatais ou governamentais.” (EBC, 2007)

No dia 7 de abril de 2008, após tramitação no Congresso Federal, passando pela Câmara e Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei nº 11.652, que “institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC”. (BRASIL, 2008)

Com a publicação no Diário Oficial da União, por meio de indicação do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República os nomes de Tereza Cruvinel e Orlando Senna para diretora-presidente e diretor-geral da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), respectivamente.

A EBC se formou por meio da fusão da Radiobrás e da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (Acerp).

Além da TV pública TV Brasil, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é responsável por gerir também o Canal TV Brasil - Integración, um serviço que visa levar aos países da América Latina conteúdos sobre o Brasil e a visão brasileira sobre os fatos do continente. NBR o canal do Poder Executivo é distribuído pelo serviço de TV por assinatura, sua programação é voltada ao acompanhamento das ações do governo federal, por meio de telejornais, programas de debate e da transmissão de eventos deste poder.

A EBC integra a Agência Brasil, agência de notícias na Internet que distribui gratuitamente informações de governo e da sociedade, com base nos princípios da comunicação pública. E ainda fazem parte da Empresa Brasil de

Comunicação (EBC) os grupos de rádio composto pela Rádio Nacional e a Rádio MEC.

A TV Brasil iniciou suas transmissões no dia 2 de dezembro de 2007. Nesse momento, a programação foi fragmentada dos três canais controlados pela União (TV Nacional de Brasília, TVE do Rio de Janeiro e TVE do Maranhão). Além da emissora pública estar disponível como canal aberto, a TV por assinatura cumpre a lei que as manda transmitir a TV Brasil. Conforme a Lei nº 11. 652, em seu Artigo 29, qualquer que seja o sistema de TV por assinatura, “deverão tornar disponível, gratuitamente, dois canais, destinados ao Poder Executivo Federal, a serem operados pela EBC”, um deles para a Rede Nacional de Comunicação Pública e outro para a transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal. (BRASIL, 2008).

Segundo o ex-presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci (2009), o equívoco recorrente da EBC é por ela estar vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, que entre suas atribuições, está a responsabilidade de zelar pela imagem do próprio presidente. “A TV deveria ser crítica e independente, enquanto a Secom precisa defender a Presidência da República”. (BUCCI, 2009, p.2). O autor trata a função de comunicação governamental incompatível com a atividade jornalística da EBC.

Com isso, Bucci (2009) identifica que a TV Brasil, mesmo sendo uma estatal, poderia apresentar padrões superiores de desempenho. “Uma emissora estatal – pertencente ao Estado – não é nem deveria ser sinônimo de emissora governamental”. A EBC deve garantir independência. (BUCCI, 2009, p.2).

No seminário "A TV Brasil e os Desafios para a Constituição de um Sistema Público de Comunicação", Eugênio Bucci (informação verbal)<sup>2</sup> afirmou como é importante analisar a observância da Lei perante o funcionamento da EBC em seu caráter público, sendo que não basta que a população confie apenas em quem está a frente da gestão da empresa.

Nós temos que olhar as regras, temos que olhar as instituições, temos que olhar a figura legal. Amanhã o governo será outro, o presidente da EBC será outro. Nós temos algumas garantias na Lei que são um avanço em relação ao que existia. Tem várias figuras na Lei que podem ser evocadas

---

<sup>2</sup>Informação coletada do site Intervozes referente ao Seminário citado acima pelo ciclo de conferência "Os desafios para a construção de um Sistema Público de Comunicação" no Teatro Laboratório da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, no dia 7 de março de 2008.

pelos cidadãos numa ação para corrigir um defeito que venha a ocorrer na programação (BUCCI, 2008).<sup>3</sup>

O Conselho Curador da EBC funciona como forma de blindar a TV Brasil de intervenções por parte do governo. O Conselho é o instrumento de participação da sociedade na gestão de empresas públicas de comunicação, diferenciando-os dos canais meramente estatais, controlados exclusivamente por governos ou poderes públicos.

É prerrogativa do Conselho Curador aprovar anualmente o plano de trabalho e a linha editorial da EBC, assim como observar a sua aplicação. Deve ainda acompanhar e fiscalizar a veiculação da programação, que será obrigatoriamente acolhida pela Diretoria-Executiva.

Outra forma de controle da EBC é por meio da Ouvidoria. Sua função é complementar a atividade do Conselho Curador, recolhendo e buscando respostas da diretoria executiva às críticas, reclamações e sugestões dos telespectadores, ouvintes e usuários dos canais da EBC. Tal mecanismo também está previsto pela Lei nº 11.652.

O sinal da TV Brasil estava disponível na Banda C para 50 milhões de brasileiros usuários de parabólicas. Porém, Valente (2009) faz uma estimativa do alcance da TV Brasil com base aos dados do IBGE. Nessa estimativa, é levado em consideração fatores como: ondas hertzianas, TV digital, TV a cabo, TV por satélite (paga) e satélite parabólica (gratuita) com o total geral estimado em 62,96 milhões brasileiros com acesso a TV Brasil. (VALENTE, 2009, p.168).

Em pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, a pedido da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, em agosto de 2009, revelou que a programação da TV Brasil é considerada ótima por 22% dos telespectadores e boa por 58%, totalizando 80% de aprovação. Entre os que costumam assistir a TV Brasil em casa, 42% sintonizam o canal por antena parabólica. (EBC, 2009).

Foram realizadas 5.192 entrevistas em todo o Brasil, com abordagem pessoal em pontos de fluxo populacional, distribuídas em 146 municípios em todas as regiões, entre brasileiros de todas as classes econômicas, com 16 anos ou mais. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, dentro do

---

<sup>3</sup> Trecho transcrito pelo pesquisador, a partir da gravação feita no Seminário acima citado.



nível de confiança de 95%. Entre os 10% de telespectadores que disseram assistir à TV Brasil, 85% sintonizam o canal em casa. Destes, 42% recebem o sinal através de antena parabólica, 36% através da TV aberta antena VHF ou UHF e 22% através de TV por assinatura. Se verificou então, que a maior audiência da TV Brasil está nas cidades do interior, entre os que veem TV pela Banda C. A maioria dos telespectadores que assistem à TV Brasil, 79%, pertence às classes econômicas B 32% e C 47%, é do sexo masculino 57%, tem idade média de 39 anos, grau de escolaridade médio 46%, aos quais se somam 17% com nível superior. Este telespectador, em termos de renda e escolaridade, ainda é elitizado em relação à população brasileira. (EBC, 2009).

### **2.1.3 Rede Pública de Televisão**

No dia 27 de abril de 2010 foi criada a Rede Nacional de Televisão Pública. Encabeçada pela TV Brasil, a nova rede passou a cobrir 1.716 municípios, em 23 estados, atingindo cerca de 100 milhões de brasileiros. No ar desde o dia 3 de maio, a Rede Pública de TV é formada em parceria, entre os canais da TV Brasil (Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e São Luís), mais 17 emissoras públicas estaduais e universitárias:

1. TV Cultura - AM
2. TV Pernambuco - PE
3. TV Universidade - MT
4. TV - UFG
5. TVE de Maceió - AL
6. TV Universitária - PB
7. TVE - ES
8. TV Antares - PI
9. Aperipê TV - SE
10. TV Brasil Pantanal - MS
11. TV Cultura - PA
12. TV Universitária - RN
13. TVE - BA
14. TVE Curitiba - PR
15. TV Minas Cultura e Educação - MG
16. TV Universitária - PE
17. TV Universitária de Roraima



Fonte: (TV BRASIL, 2010)

A assinatura dos contratos de operação em rede foi realizada com a participação da diretoria da EBC e representantes das emissoras estaduais na sede da EBC no Rio de Janeiro. Nesse encontro, foi criado também o Comitê de Rede, que se reunirá duas vezes ao ano para discutir assuntos como programação, questões jurídicas e marketing. O Comitê é composto por um grupo executivo, com um representante da EBC, mais quatro, sendo um representante de cada região do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul/Sudeste), escolhidos entre os membros do Comitê e com mandatos em sistema de rodízio.

As transmissões em rede inicialmente são de dez horas de programação da cabeça de rede TV Brasil, com quatro dessas dez horas fornecidas pelas emissoras associadas, assegurando o aporte de conteúdos regionais à grade nacional da rede pública.

Outro avanço em transmissão da TV Brasil, foi com a estreia da Web TV, com programação própria via Internet. No ar desde 5 de maio de 2010, é transmitida pelo site da TV Brasil. De qualquer lugar do país e do mundo, é possível acompanhar a programação da emissora pública. São 24 horas diárias de programas musicais, jornalísticos e infantis, tais como: *ABZ do Zivaldo*, *Catalendas*

para o público infantil, *Estúdio Móvel*, *Segue o Som* para o público juvenil, e programas jornalísticos como *Caminhos da Reportagem*.

## 2.2 METODOLOGIA

O *corpus* da pesquisa documental foi definido com parte da grade de programação da TV Brasil do ano de 2010 e com a Lei de criação da EBC. “A pesquisa documental é um procedimento metodológico decisivo em ciências humanas e sociais porque a maior parte das fontes escritas – ou não – são quase sempre a base do trabalho de investigação” (ALMEIDA; GUINDANI; SILVA, 2009, p.13).

Apesar da pesquisa documental ser semelhante à bibliográfica, elas se diferem quanto a natureza das fontes:

A pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias (ALMEIDA; GUINDANI; SILVA, 2009, p.6).

Para a análise da grade de programação, a pesquisa se pautou também no que Jonas Valente (2009) considera que deva perseguir cinco objetivos principais:

(1) fazer intensa cobertura e debate acerca da agenda dos temas nacionais, dando espaço para o foco no interesse da população e de suas organizações, (2) estimular a reflexão da população e apresentar os aspectos cidadãos do Estado brasileiro, entendidos como as conquistas das classes dominadas no conjunto deste aparelho, (3) dar vazão, de maneira reflexiva e crítica, à diversidade cultural do país, não apenas reproduzindo as manifestações, mas superando a polarização entre cultura popular e cultura de massa para procurar na primeira os elementos que justificam de fato o seu predicado, (4) satisfazer as necessidades lúdicas e simbólicas da população sem, privilegiando a riqueza das produções artísticas em detrimento da reprodução dos padrões homogeneizados da Indústria Cultural, e (5) dar forte espaço à crítica da mídia, especialmente das políticas de comunicação e da ação dos meios comerciais. (VALENTE, 2009, p.193)

O primeiro passo da pesquisa foi fazer a seleção preliminar de programas voltados à promoção de cultura, e que aparentemente, demonstrasse vínculo com a Lei nº 11.652. No segundo passo, elegeu-se como recorte de pesquisa os programas *De Lá Pra Cá* e *Expedições*, no período de abril e maio de 2010. O terceiro passo foi fazer a análise crítica e comparativa, buscando apontar a interrelação da oferta de conteúdo da TV Brasil com seus princípios e objetivos.

Para tanto, a análise se delimitou pela observância entre os princípios do art. 2º e objetivos do art. 3º, referentes à Lei nº 11 652:

Princípios	Objetivos
Art. 2º: A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:	Art. 3º: Constituem objetivos do serviço de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:
<p>II – promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo;</p> <p>III – produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;</p> <p>IV – promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente.</p> <p>V – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.</p>	<p>I – oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;</p> <p>II – desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;</p> <p>III – fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;</p> <p>IV – cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão.</p> <p>VII – direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes</p>

	<p>ou telespectadores.</p> <p>VIII – promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão.</p>
--	---

Com os princípios e objetivos selecionados, foi possível estabelecer as categorias de análise da pesquisa com as palavras-chaves:

- A. pluralidade de fontes de produção e distribuição de conteúdo.
- B. programação educativa, cultural e científica.
- C. promoção da cultura nacional.
- D. desenvolvimento da consciência crítica do cidadão.
- E. respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.
- F. fomento à construção da cidadania.
- G. cooperar com processos educacionais.

Optou-se em analisar a programação da TV Brasil com foco no segmento cultural, por esse ser difundido pela emissora em diferentes temáticas. Os programas com viés cultural presentes na grade são: *De Lá Pra Cá*, *Arte com Sérgio Britto*, *Expedições*, *Comentário Geral*, e *Revista do Cinema Brasileiro*.

A razão da escolha dos programas *Expedições* e *De Lá Pra Cá* se deu pelo motivo deles apresentarem questões culturais significantes para o Brasil e que propiciam maior visibilidade para temáticas importantes e que não estão na pauta das demais redes nacionais de televisão comercial. A escolha se baseou ainda pela ação direta de uma programação cultural e respeitadora da inteligência do cidadão em agregar conhecimento.

### 2.2.1 Análise da programação

#### **Gênero Cultura/Informativo - *De Lá Pra Cá***

O programa diz respeito a um momento histórico, um lugar ou um personagem da História do Brasil. Apresentado por Ancelmo Gois e Vera Barroso, mostra a partir de diversas temáticas o que mudou de lá pra cá. Em conversa descontraída com personalidades que participaram da vida nacional, os convidados relatam memórias de episódios importantes e analisam as mudanças ocorridas ao longo do tempo. O programa possui, em média, 30 minutos de duração, e vai ao ar domingo, às 18h, com reprise às sextas-feiras, às 20h30.

#### ***De Lá Pra Cá* - Programação do dia 18 de abril, às 18h.**

O tema desta edição remete à celebração do centenário do paisagista Roberto Burle Marx. No início do programa, o jornalista Ancelmo Gois entrevista a historiadora da arte Vera Siqueira, que explica quem foi Burle Marx e sobre o começo do interesse do artista sobre paisagismo. No mesmo bloco, Vera Barroso entrevista o arquiteto e diretor da *Burle Marx & Cia*, Haruyoshi Ono, que trabalhou com o paisagista. Em seguida, o arquiteto Oscar Niemeyer, em entrevista a Ancelmo Gois, relata o contato que teve com Burle Marx.

Além de revelar seu conhecimento em paisagismo, o programa apresenta Burle Marx também como pintor, a partir de uma exposição feita por Lauro Cavalcanti, crítico de artes e curador da exposição das obras de Burle Marx.

Enriqueceu-se o programa com a entrevista de três pessoas (a arquiteta e produtora Claudia Pinheiro, a arquiteta Cecilia Modesto e o chefe de cozinha Cleofas da Silva) que conviveram com o paisagista e escreveram juntos o livro “A mesa com Burle Marx”. Os entrevistados, de forma descontraída e interessante, relatam alguns dos hábitos e costumes de Burle Marx e falam, inclusive, da importância da música na vida dele.

Nessa edição, o programa conduz o telespectador ao conhecimento da vida e obra de Roberto Burle Marx, desde os projetos paisagísticos das grandes cidades do país, às paisagens de propriedades particulares. Porém, como o programa era voltado exclusivamente à vida do paisagista, há um momento, durante o segundo bloco, que há uma entrevista que foge do tema proposto. É que a entrevistadora, Vera Barroso, após tecer comentário acerca da experiência de Burle

Marx como cantor, e falar sobre suas preferências musicais, formulou uma pergunta a um músico sobre a relação deste com um dos grandes compositores, desviando do assunto proposto.

Entretanto, de forma geral e esclarecedora, o programa consegue alcançar seu objetivo principal, em explicar quem foi Burle Marx. Personagem de fundamental importância para o paisagismo brasileiro.

### ***De Lá Pra Cá - Programação do dia 5 de abril de 2010, às 18h.***

O tema do programa diz respeito ao centenário de Haroldo Lobo, um dos grandes compositores de música para o Carnaval do Brasil. No primeiro bloco, Ancelmo Gois apresenta dois músicos integrantes do grupo de samba *Sururu na Roda*, do Rio de Janeiro, com Nilze Carvalho e Fabiano Salek, que interpretam canções de Haroldo Lobo e, ao mesmo tempo, tecem comentários sobre o compositor. A participação desses músicos no programa se deve ao fato deles terem pesquisado sobre Haroldo Lobo e por terem um show que interpretam as músicas mais conhecidas do autor, como *A lá lá ô*, *Índio quer apito* e *Tristeza*, sendo a última gravada mais de 500 vezes no mundo, e que é destacado pelo programa a gravação dessa música por Jair Rodrigues e Julio Iglesias.

Para falar sobre as composições do artista, Vera Barroso entrevista o cantor e compositor Niltinho Tristeza, que fez parceria com Haroldo Lobo, e explica como foi o processo da composição da música *Tristeza*, que fez em parceria com Lobo.

São revelados também outros sambas que o personagem compôs em parceria, como a música *Juro*, com o parceiro Milton de Oliveira. Para isso, o programa contou com uma pesquisa em profundidade acerca da história do compositor, em que se mostra uma fotografia ilustrando o momento em que ele foi agraciado por um prêmio pela prefeitura do Rio de Janeiro no carnaval de 1938.

Ainda no primeiro bloco do programa, Ancelmo Gois entrevista o jornalista Sérgio Cabral, que explica que Haroldo Lobo foi de grande importância para a música brasileira, e comenta ser uma injustiça se falar tão pouco sobre o compositor. Em seguida, há uma entrevista com o produtor musical e pesquisador Carlos Monte, que também explica o fato do compositor não ser muito conhecido, por ele não ter se preocupado em aparecer na mídia.

Ancelmo Gois entrevista também o compositor João Roberto Kelly, que explica que Haroldo Lobo, além de ser um dos maiores autores do carnaval, era um cronista, com as marchinhas que tinham relação com os assuntos da época, como *Retrato do Velho*, na qual fazia menção à prática do Estado Novo, com a colocação de retratos do presidente Getúlio Vargas. Sérgio Cabral expõe ainda que o compositor era getulista. Para completar, Roberto Kelly, ao mesmo tempo que faz comentários sobre Haroldo Lobo, canta as marchinhas de carnaval do artista.

Durante o programa, há um momento em que Ancelmo Gois, em conversa com os integrantes do grupo *Sururu na Roda*, relata que, além de sua vasta produção para o carnaval como sambista, Haroldo Lobo contribuiu também compondo músicas juninas, como festas de São João.

Nessa edição é contada a história do artista de forma geral, com o pesquisador Carlos Monte, dizendo como foi a trajetória desde seu nascimento ao envolvimento com a música. Dessa forma, o pesquisador relata que Haroldo Lobo era muito competente para reconhecer o que acontecia ao seu redor e compor.

Por fim, esta edição do programa *De Lá Pra Cá* conceitua Haroldo Lobo e sua importância para o cenário da música brasileira. Apesar de suas composições de carnaval terem feito sucesso na década de 30, muitas de suas músicas ainda estão presentes na atualidade. As apresentações musicais durante o programa são então fundamentais para dar mais consistência ao artista homenageado.

### ***De Lá Pra Cá* - Programação do dia 16 de maio de 2010, às 18h.**

Em homenagem ao centenário de Adoniran Barbosa, o programa retrata um dos grandes nomes da cultura e da produção artística do Brasil. A abertura do programa se dá com a apresentação do grupo *Demônios da Garoa*, formado em 1943, no qual Adoniran fez parceria. Em entrevista a Vera Barroso, os integrantes da nova composição do grupo relembram clássicos feitos pelo músico, como *Trem das 11* e *Joga a Chave*.

Ancelmo Gois convida o jornalista Celso Campos, autor da biografia de Adoniran Barbosa, para explicar sobre a vida dele, com os fatos mais importantes e inusitados de sua trajetória. Com isso, o jornalista relata o lado pouco conhecido do artista, como suas atuações no cinema, no rádio e no circo.

O programa faz um relato histórico de sua vida, por meio da entrevista de Celso Campos, que se intercala com a exibição de ilustrações dos fatos que



marcaram a vida do personagem tais como músicas, imagens de filmes e participações do artista no rádio como animador de programa e cantor. Os erros de português recorrentes nas músicas de Adoniran Barbosa são explicados pelo biógrafo como algo proposital, que retratava a realidade percebida por ele de como as pessoas falavam, na cidade de São Paulo.

Para ajudar a esclarecer sobre a vida do personagem, o zoólogo e compositor Paulo Vanzolini concede entrevista a Vera Barroso. Por ter sido amigo de Adoniran, confirma sua trajetória, considerando-o pitoresco pela forma de cantar suas músicas, numa linguagem repleta de erros, na qual atribui também a influência da italiana no seu linguajar rebuscado.

Portanto, a edição do programa leva ao telespectador as informações de maneira dinâmica. Ao revelar o artista com ricas informações acerca de fatos históricos que marcaram sua carreira, pelas entrevistas, ao mesmo tempo, mostra cenas de apresentações musicais de qualidade, pelos grupos *Demônios da Garoa* e *Sururu na Roda*, o que evita também que o programa fique enfadonho.

### **Gênero Cultural/Informativo – *Expedições***

O programa *Expedições* é realizado pela jornalista Paula Saldanha e pelo biólogo Roberto Werneck. Resultado de mais de 30 anos de documentação do Brasil, o programa aborda diferentes temáticas do país, tais como as populações, os costumes, a cultura, o meio ambiente, história e antropologia. Através de depoimentos de especialistas, opinião das comunidades e de imagens captadas nas mais distantes regiões do país, o programa fomenta pluralidade pelos temas apresentados. A edição do programa possui formato de documentário, com de 30 minutos de duração. O programa vai ao ar às terças-feiras, às 19h30, com reprise ao sábado, às 16h.

### ***Expedições* – Programação do dia 19 de maio de 2010, às 19h30.**

Com apresentação de Paula Saldanha, o tema desta edição foi dedicado ao cerrado brasileiro. Com objetivo apresentar esse importante bioma para o Brasil e ao mesmo tempo, lembrar as constantes ameaças, como desmatamentos e outras causas de destruição, como a pecuária e o cultivo da soja.

A abertura do documentário leva ao conhecimento as diferentes paisagens do cerrado, com belas imagens da natureza, e simultaneamente, aclarações de Paula Saldanha sobre a importância do que também não está aparentemente visível, como os lençóis aquíferos.

A partir da conceituação didática sobre a localização geográfica da vegetação no país, se tem detalhes sobre o tema, como o segundo maior bioma do Brasil, com ilustrações que informam em quais Estados o cerrado está presente.

Além de mostrar a riqueza da biodiversidade, com imagens de animais e plantas pertencentes ao bioma, há uma entrevista com o arqueólogo Altair Barbosa, que ressalta a diversidade da fauna e flora dessa vegetação, e informa também que o maior tesouro do cerrado se encontra abaixo da superfície da terra, com os lençóis freáticos, que exercem grande influência para outros grandes rios do país.

O documentário alerta que a vegetação do cerrado se encontra suscetível às ameaças do homem. Para dar detalhes do assunto, o pesquisador da Embrapa José Felipe Ribeiro em entrevista, explica os processos de degradação do bioma e as consequências ao meio ambiente.

Além das imagens de belas paisagens, o documentário mostra cenas de desmatamentos, produção do carvão vegetal e monocultura. Para falar sobre o assunto, o arqueólogo Altair Barbosa afirma que este quadro de descuido com o cerrado pode ser irreversível, e afirma que se nada for feito para intervir nesse processo de destruição, o rico bioma pode ser extinto.

Para explicar a ocupação da agropecuária, Paula Saldanha entrevista o Coordenador do Greenpeace Paulo Adário, que dimensiona a extensão territorial da produção de grãos no cerrado, onde se estende por mais de um Estado brasileiro, o que está intimamente ligado a destruição do solo.

É interessante notar que o formato do documentário apresentado pela jornalista Paula Saldanha é acompanhado diretamente no local do assunto proposto, ou seja, em meio ao próprio cerrado, com suas vegetações e também nos locais degradados, como áreas desmatadas e queimadas. Com isso, pode-se afirmar que esse contato direto propicia apresentar o assunto com bastante embasamento acerca do que é retratado.

A apresentadora chama a atenção para o lado econômico do cerrado, como uma importante região para o desenvolvimento agropecuário no Brasil, e alerta

que é preciso repensar os impactos causados pelos modelos de ocupação e pela expansão da fronteira agrícola, que estão acabando com o cerrado brasileiro.

O documentário relaciona também o Parque Nacional de Brasília – Água Mineral, como exemplo de um programa que contenha uma área estratégica para preservação do meio ambiente. Para isso, é entrevistada a chefe do Parque Nacional de Brasília, Maria Helena Reinhardt, que explica a importância da conservação e contribuição do parque para a qualidade de vida da população.

A edição desse programa aborda o cerrado brasileiro em seu valor natural e também com as problemáticas e consequências estabelecidas pela ação do homem. Entretanto, o documentário alcança seu objetivo de modo a informar acerca do tema e, ao mesmo tempo, corroborar com a idéia de conscientização e conservação do meio ambiente.

### 2.2.2 Discussão dos resultados

Como resultado da análise, pode-se confirmar um quadro favorável da TV Brasil em relação às premissas estabelecidas pela Lei nº 11.652, no que tange os artigos 2º e 3º. Dentre os programas selecionados para a análise, foi verificado um compromisso da emissora com o cidadão, em que se oferta uma programação de qualidade.

Foi possível observar que todas as palavras-chaves, oriundas dos princípios e objetivos, são recorrentes nos programas analisados. Pode-se dizer que algumas das categorias de análise se apresentam de forma mais freqüente, tais como as palavras-chaves: (I) programação educativa, cultural e científica, (II) promoção da cultura nacional e (III) respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família<sup>4</sup>.

Percebe-se que o programa *De Lá Pra Cá* apresenta promoção da cultura nacional, que se compõe por diversos temas relacionados à história da arte, música e cultura do Brasil. Pode-se constatar então que o programa tem como objetivo proporcionar ao público conhecimento acerca de fatos culturais, marcantes para o país, e que na maioria das vezes, não são contemplados pela TV comercial.

No programa *De Lá Pra Cá*, ao mesmo tempo em que é identificado respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, é observado também, o intuito de cooperar com os processos educacionais<sup>5</sup>, visto que os temas contribuem para fomentar a educação. É percebido um cuidado na produção dos programas em proporcionar conhecimento de maneira saudável e enriquecedora da cultura, numa linguagem didática e, sobretudo de forma compreensível a diferentes classes sociais.

A partir da análise feita com o programa *Expedições*, constatou-se que este atende de forma satisfatória o gênero de documentários. O programa desenvolve diversos assuntos pertinentes ao campo da cultura nacional e geográfica e, além de desenvolver a consciência crítica para os assuntos abordados, possui também um viés educativo. Como aporte às categorias de análise, verificou-se uma correlação direta com quatro palavras-chaves: (I) programação educativa, cultural e

---

<sup>4</sup> Categoria de análise referente aos itens B, C e E da tabela de palavras-chaves.

<sup>5</sup> Categoria de análise referente aos itens E e G da tabela de palavras-chaves.

científica, (II) promoção da cultura nacional, (III) desenvolvimento da consciência crítica do cidadão e (IV) cooperar com processos educacionais.<sup>6</sup>

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao longo da pesquisa, foi possível verificar que a retomada da TV pública no país com criação da TV Brasil atende de maneira substancial a carência do cidadão por uma tevê fornecedora de uma grade de programação de qualidade, sem interferências comerciais e governamentais, o que confere grande avanço para comunicação pública, com o propósito de aprimorar a democracia e a cidadania brasileira. No entanto, para passos futuros, ainda há muito que se aperfeiçoar e difundir, com o próprio cidadão partícipe desse processo.

Por ser tratar uma monografia, a pesquisa se limitou em abordar apenas uma parte da programação de cultura da TV Brasil, porém, novos estudos sobre a emissora são importantes para conceituar o papel social da TV Pública no país. A partir da TV Brasil, outras abordagens como jornalismo público, documentários, filmes e programas musicais merecem ser pesquisados.

Por fim, diante do que foi pesquisado sobre a radiodifusão pública, que abrange diferentes vertentes do campo da comunicação pública e reflete questões importantes da sociedade, principalmente no que tange a TV Pública, com sua proposta de programação edificante para o cidadão, faz-se necessário, como sugestão, a fomentação do tema no ambiente acadêmico, de maneira mais incisiva na grade curricular nas faculdades de comunicação.

---

<sup>6</sup> Categoria de análise referente aos itens B, C, D e G da tabela de palavras chaves

#### 4 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel; SILVA, Jackson. *Pesquisa documental - Pistas teóricas e metodológicas*. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, ano I, n I, p.1-14, julho de 2009.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. *Usos e Significados do Conceito de Comunicação Pública*. 2006. Disponível em:

<<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1037-1.pdf>>

Acesso em: 12 mar 2010.

BRASIL. Casa Civil. *Decreto nº 5820, de 29 de junho de 2006*. Estabelece critérios para implantação da tv digital no Brasil. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)>.

Acesso em: 28 abr 2010

BRASIL. *Decreto nº 6246 de 24 de outubro de 2007*. Cria a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm)

Acesso em: 20 abr 2010.

BRASIL. *Lei nº 116.52, de 7 de abril de 2008*. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11652.htm). Acesso em: 5 abr 2010

BRASIL. *Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007*. Dispõe sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Mpv/398impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Mpv/398impresao.htm)>

Acesso em: 19 abr 2010

BRASIL. *Modelos de TV Pública no mundo*. Presidência da República, 2007.

Disponível em:

<[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sitpub/.arquivos/Destaques2.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sitpub/.arquivos/Destaques2.pdf)> Acesso em: 17 abr 2010.

BRASIL. *Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Presidência da República. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 20 mar 2010

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1230&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1230&id_pagina=1)>  
Acesso em: 14 abr 2010.

BUCCI, Eugênio. *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.  
Acesso em: 16 fev 2010.

BUCCI, Eugênio. TV Brasil, a encruzilhada anunciada. *Observatório da Imprensa*. Brasília, 6 ago 2009. Disponível em:  
<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=549JDB014>>  
Acesso em: 16 fev 2010.

CARRATO, Ângela. *A TV pública e seus inimigos*, 2005. Disponível em:  
<<http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/AngelaCarrato.pdf>>. Acesso em: 22 fev 2010.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara (Org). *Glossário de Comunicação Pública*. Brasília: Casa das Musas, 2006.

FILHO, Laurindo Leal. *A TV sob controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão*. São Paulo: Sammus, 2006.

FILHO, Laurindo Leal. *A televisão pública brasileira, um vazio histórico*. 2006. Disponível em:< [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_212.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_212.pdf)>.  
Acesso em: 8 mar 2010.

FILHO, Laurindo Leal. *A hora da TV Pública: o contra ponto necessário à hegemonia comercial*, 2007. Disponível em:  
<[http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com\\_content&task=view&id=493](http://www.direitoacomunicacao.org.br/content.php?option=com_content&task=view&id=493)> Acesso em: 8 mar 2010.

MATOS, Eloiza. *Comunicação Política e Comunicação Pública*, 2006. Disponível em:<[http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re\\_vista4/58.pdf](http://www.eca.usp.br/departam/crp/cursos/posgrad/gestcorp/organicom/re_vista4/58.pdf)>. Acesso em: 12 mar 2010.

ROTHBERG, Danilo; SIQUEIRA, Alexandra. *TV pública e democracia: perspectivas para o Brasil*. *Revista Fronteiras*, v. 2, n 2, p.132-142, maio/ago. 2005.

TORVES, José. *Televisão Pública*. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

VALENTE, Jonas. *TV Pública no Brasil: A criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira*. 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



## SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO TV BRASIL

GRADE REDE PÚBLICA DE TV  
24 A 30 DE MAIO 2010

	SEGUNDA 24 MAIO	TERÇA 25 MAIO	QUARTA 26 MAIO	QUINTA 27 MAIO	SEXTA 28 MAIO	SABADO 29 MAIO	DOMINGO 30 MAIO	
06:00	SALTO PARA O FUTURO						VIA LEGAL	06:00
06:30								06:30
06:45						TEL. ENSINO FUNDAMENTAL	BRASIL ELEITOR	06:45
07:00	TELECURSO ENSINO MÉDIO					TELECURSO ENSINO MÉDIO		07:00
07:05	TELECURSO ENSINO FUNDAMENTAL							07:05
07:15						TEL. TECENDO O SABER	PALAVRAS DE VIDA	07:15
07:20								07:20
07:30	TELECURSO TECENDO O SABER							07:30
07:45								07:45
07:50	JORNAL VISUAL					REENCONTRO		07:50
08:00	REPÓRTER BRASIL							08:00
08:30						INTERESSE PÚBLICO	SANTA MISSA	08:30
08:45	COCORICÓ							08:45
09:00	ESQUADRÃO SOBRE RODAS	CONNIE A VAQUINHA	PEQUENO VAMPIRO	LOUIE	THOMAS	MOBILIZAÇÃO		09:00
09:15							VIOLA MINHA VIOLA	09:15
09:30	UM MENINO MUITO MALUQUINHO					UM MENINO MALUQUINHO		09:30
10:00	A TURMA DO PERERÉ							10:00
10:30	BILL TAMPINHA E SUA MELHOR AMIGA CORY	OS PEZINHOS MÁGICOS DE FRANNY	CIDADE DO FUTURO	MECANIMAS	A PRINCESA SHARAZADE	CIDADE DO FUTURO	ESQUADRÃO SOBRE RODAS	10:30
10:45								10:45
11:00	CASTELO RA TIM BUM					CASTELO RA TIM BUM		11:00
11:30	JANELA JANELINHA					JANELA JANELINHA	JANELA JANELINHA	11:30
12:00	REPORTER RIO					COCORICÓ		12:00
12:30							ABZ DO ZIRALDO	12:30
12:45	TURMA DO PERERÉ						CURTA CRIANÇA	12:45
13:00								13:00
13:15	UM MENINO MUITO MALUQUINHO							13:15
13:30								13:30
13:45	CALENDAS					CALENDAS	CALENDAS	13:45
14:00	DANGO BALANGO							14:00
14:30	CASTELO RA TIM BUM					COZINHA BRASIL	TV PÁ	14:30
14:45								14:45
15:00	COCORICÓ					PROGRAMA ESPECIAL	STADIUM	15:00
15:15	CURTA CRIANÇA							15:15
15:30	VILA SESAMU					SAÚDE BRASIL		15:30
16:00						EXPEDIÇÕES	AUWÊ	16:00
16:30	SEM CENSURA					ALTO FALANTE		16:30
17:00								17:00
17:30	REDE JOVEM CIDADANIA	TÔ SABENDO	ALTO FALANTE	TÔ SABENDO	DIVERSO	TÔ SABENDO	VER TV	17:30
17:45								17:45
18:00	ESTÚDIO MOVEL						DE LÁ PRA CÁ	18:00
18:15								18:15
18:30	KARKI, UMA GALERIA ATREVIDA					SUSTENTÁCULOS	CARA E COROA	18:30
19:00	TUDO QUE É SÓLIDO PODE DEBILITAR	SNOBS	ABORRECENTES	UMA AVENTURA NA ÁFRICA	UM PAR QUASE PERFECTO	ALMANAQUE		19:00
19:15							PAPO DE MÃE	19:15
19:30	ANIMANIA	EXPEDIÇÕES	COMENTÁRIO GERAL	CULTURA PONTO A PONTO	PROGRAMA ESPECIAL	PARATODOS		19:30
20:00	ALMANAQUE	LÁ E CÁ	PARATODOS	ANIMANIA	SEQUE O SOM	ARTE COM SÉRGIO BRITO		20:00
20:15							CONEXÃO ROBERTO DAVILA	20:15
20:30	SUSTENTÁCULOS	CARA E COROA	NOVA ÁFRICA	Rede Partido 10' DEM ASSIM QUE FUNCIONA	DE LÁ PRA CÁ	REVISTA DO CINEMA BRASILEIRO		20:30
20:40								20:40
21:00	REPÓRTER BRASIL					REPÓRTER BRASIL		21:00
21:30						MUSICOGRAMA		21:30
21:45							ESPORTIVISMO	21:45
22:00								22:00
22:15								22:15
22:30	BRASILIANAS.ORG	OBSERVATÓRIO DA IMPrensa	JORNADA DA VIDA Voo	CAMINHOS DA REPORTAGEM	OS PRESIDENTES DA AMÉRICA LATINA Michele Bachelet	PROGRAMA DE CINEMA Brasileirinho ( livre )		22:30
22:40							NOVA ÁFRICA	22:40
22:45								22:45
23:00								23:00
23:15								23:15
23:30	SAMBÁ NA GAMBOA							23:30
23:45								23:45
00:00	RODA VIVA					PROGRAMA DE CINEMA Das de Nietzsche em Turim ( livre )		00:00
00:10						SER TÃO GLAUBER BARRAVENTO Ritual da volta	CINE IBERMÉDIA Punto e raya ( 18 anos )	00:10
00:15								00:15
00:30								00:30
00:45	MUSICOGRAMA	MAMA ÁFRICA Barcelona ou morrer ( 12 anos )	A GRANDE MÚSICA	AMÉRICA LATINA TAL COMO SOMOS DIVINO TESOURO 2 PART 1 / ÚLTIMAS MINÚCIAS VIVAS	CURTA BRASIL	CAMINHOS DA REPORTAGEM		00:45
01:00	REVISTA DO CINEMA BRASILEIRO							01:00
01:15							A GRANDE MÚSICA	01:15
01:30						SEQUE O SOM		01:30
01:45								01:45
02:00	SEM CENSURA							02:00
02:15								02:15
02:30						SEM CENSURA MELHORES MOMENTOS	DOC TV IV O retorno do filho	02:30
02:45								02:45
03:00								03:00
03:15								03:15
03:30							CURTA BRASIL	03:30
03:45								03:45
04:00								04:00